



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
SUPERAÇÃO DO CARÁTER CENTRALIZADOR**

ILMA VITOR MARTINS CABRAL

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
SUPERAÇÃO DO CARÁTER CENTRALIZADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Prof.^a Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA
SUPERAÇÃO DO CARÁTER CENTRALIZADOR**

ILMA VITOR MARTINS CABRAL

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 29 de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva
(Orientadora)**

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha família, meus filhos por sempre compreenderem e acreditarem na minha capacidade de crescimento.

Agradeço a Deus por ser minha força e motivação, a Ele a glória.

Aos meus filhos e demais familiares que aqui não posso citar, mas são especiais para mim, que me ajudaram, seja com recursos ou simplesmente com a presença.

Aos meus colegas de trabalho, pelo crescimento profissional que me proporcionaram.

Aos meus colegas de turma por serem verdadeiros companheiros de caminhada, onde nos ajudamos mutuamente.

Aos meus tutores que me incentivaram e têm sido verdadeiros mestres.

Agradeço a todos pelo apoio e compreensão de cada um, pois foi fundamental para mim. Que o Senhor vos recompense.

“A escola com que sonhamos não é algo pronto, mas um processo ativo e dinâmico de discussão e construção. Não será construída com facilidade porque terá que trabalhar com interesses divergentes e através do conflito.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho relata a importância da atuação da comunidade no âmbito da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG e tem como objetivo refletir sobre a importância da gestão na busca por uma escola de melhor qualidade, de uma escola democrática e inclusiva que supera o autoritarismo, a hierarquia e a centralização de poder. Formata-se a partir da consideração de que um ambiente institucional escolar é formado na realidade por vários atores, todos em sintonia para o alcance dos objetivos educacionais. Esta análise destaca também alguns elementos fundamentais da democratização: a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, elemento norteador deste trabalho, a escolha de diretores e a efetivação dos Conselhos Escolares. O desenvolvimento desta escola situada à Rua Geraldo Pinto do Amaral s/n Bairro Romeu Duarte, cidade de Nova Serrana, se dá, efetivamente, com a participação ativa e efetiva dos profissionais, sujeitos que se fazem presentes e atuantes, tendo por base uma gestão democrática e participativa. Com base na análise e também na pesquisa bibliográfica realizada, essa gestão produz visões compartilhadas e valoriza os segmentos internos e externos da comunidade escolar, superando assim toda forma de autoritarismo, ainda que busque uma maior participação da comunidade nos processos de decisão e de deliberação.

Palavras Chave: Participação, Democratização, Gestão, Autonomia e Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1.0 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO COMPROMISSO COLETIVO.. | 9 |
| 2.0 GESTÃO DEMOCRÁTICA SUPERAÇÃO DO CARÁTER CENTRALIZADOR..... | 11 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 16 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 18 |
| ANEXO | 20 |

INTRODUÇÃO

A análise em pauta trata-se de uma reflexão acerca da Gestão Democrática, entendida como forma de superação das ideologias centralizadoras e autoritárias. Realizar uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para entender melhor os anseios da comunidade escolar, gestão esta mediada pelos princípios da descentralização, da participação e da transparência.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG vem rompendo fronteiras em busca dessa construção e a elaboração coletiva do seu Projeto Político Pedagógico, elemento norteador dessas reflexões, representa o primeiro passo. Os encontros e as reflexões, estabelecidas no âmbito desta construção demonstra o esforço da comunidade, principalmente da equipe que a representa. O principal objetivo do trabalho é refletir sobre a importância da gestão na busca de uma escola de melhor qualidade, portanto, uma escola democrática e inclusiva.

Busca-se, como passo inicial desta, uma pesquisa bibliográfica que abrange a leitura, a análise e a interpretação de livros, documentos e artigos referentes ao tema, encontrados principalmente na Biblioteca Geral do Curso. Conta-se como suporte, as ideias de autores e pensadores que abordam o tema como Freire (2003), Libâneo (2001), Bordignon (2004), Antunes (2002) e outros.

Sabe-se que neste país, os gestores muitas vezes se pautam nas relações hierárquicas, no autoritarismo e no abuso de poder, destruindo ou cerceando, às vezes, o direito do povo nas tomadas de decisão, na busca pela sua autonomia e no exercício de seus direitos. Torna-se necessário uma mudança de postura e Freire (2003, pág. 11), faz um alerta enquanto seres políticos que somos. “Os homens não podem deixar de ter consciência do seu ser. É preciso que se envolvam no domínio político refazendo sempre as relações econômicas e sociais em que elas se dão.”em consideração ao exposto acima, o ponto de vista e a expressão das próprias idéias também se fazem presentes e aparecem sempre de acordo com o enunciado na busca ou na corroboração dos fatos apresentados.

1.0 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO COMPROMISSO COLETIVO

Na qualidade de documento formal, o PPP - Projeto Político Pedagógico serve de parâmetro tanto para o gestor quanto para a comunidade que ele representa, atribuindo-lhes um papel particular na busca pela escola de qualidade. Traz em seu bojo, margem para reflexões acerca da Gestão Democrática, tema central do Curso Formação de Gestores da Educação Básica FAE/UFMG e de modo muito especial, aos processos de decisão, que de acordo com a postura dos sujeitos envolvidos, pode representar, ou não, a educação que emancipa, que liberta e que transforma a realidade.

O Projeto Político Pedagógico reconhece a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos, na qual se compartilham crenças, desejos, valores e concepções. Um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento prevêem a participação de toda a comunidade escolar. “A construção de um projeto educativo coletivo constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática”, afirma Libâneo (2001, p.145).

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010)

A elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, também se dá neste cenário e na necessidade de uma “retomada” de seu trabalho, conta com a participação ativa e efetiva da direção, secretaria, professores e comunidade escolar, pais, alunos e representantes de entidades existentes no bairro, com reuniões periódicas, debates, analisando a realidade da comunidade escolar. Nesta elaboração, é indispensável o uso do material indicado para leitura e postado na Biblioteca Geral do Curso e outros materiais que também contribuem para o enriquecimento e embasamento legal vigente.

A priori, admite-se, que um Projeto Político Pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar e por isso deve ser entendido como um projeto coletivo que inclui discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos da escola e os problemas que precisam ser superados. Na elaboração desse projeto educativo leva-se em conta a experiência de cada representante, sem esquecer-se da cultura da comunidade e os currículos locais, a troca de experiências e as diretrizes curriculares nacionais.

2.0 GESTÃO DEMOCRÁTICA SUPERAÇÃO DO CARÁTER CENTRALIZADOR

Vive-se, hoje, uma forma de governo caracterizada pela ênfase na democracia, na busca incessante pela autonomia. Denomina-se democracia, uma forma de organização política, participativa, onde o sujeito tem o seu direito reconhecido e encontra oportunidade de exercê-lo. Assim, todo cidadão tem o direito de participar da direção e da gestão dos assuntos públicos e dessa forma, importantes decisões políticas, administrativas e/ou pedagógicas são tomadas:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 1997).

Quando se luta pela conquista da democracia, constrói-se uma sociedade mais justa e solidária em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos conscientes, lutam pelos seus direitos legais, sem deixar de cumprir os deveres constitucionais. Assim a gestão escolar também se efetiva, “a partir de um processo de gestão democrática entendida como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo do tempo”, afirma Antunes (2002, p.131).

A democracia implica ainda co-responsabilizar com os compromissos assumidos coletivamente e, por isso, cabe ao sujeito, como sujeito de direitos, fiscalizar e acompanhar as ações daquele que administra, no caso da escola, o gestor. É essa participação dos vários segmentos da comunidade escolar, como pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos seus projetos pedagógicos e outros assuntos inerentes ao processo ensino aprendizagem, que consiste-se em cumprimento dos deveres. Em contrapartida, a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas.

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se

de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino. (BRASIL, 2004, vol.5, p.25)

No que concerne ao desenvolvimento da Gestão Democrática, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos como nas demais instituições novasserranenses, apresenta limites e também possibilidades. Conforme o exposto, esse tipo de gestão, entendida como um modo de administrar uma realidade traduz a idéia de discussão, de diálogo, de comunicação e principalmente de participação e envolvimento da comunidade e é neste contexto que a escola encontra mais dificuldades, apesar de sua equipe competente e comprometida com a qualidade.

Legalmente, a gestão democrática é amparada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394-96 e também pelo Plano Nacional de Educação - PNE 10.127/2001. No capítulo II da Constituição Federal, em relação à educação, à cultura e desporto, no artigo 206, defende-se a Gestão democrática do ensino público, na forma da lei, como “garantia de padrão de qualidade”, (Brasil, 1988). Os artigos de 12 a 15 da LDB reafirmam “a importância da autonomia pedagógica e administrativa da escola assim como a importância da elaboração de um Projeto Político Pedagógico que articule família e comunidade” (Brasil 1996).

Segundo Bordignon et al (2004, p.147), “essa nova forma de administrar constitui-se num fazer coletivo, um processo contínuo e continuado, baseado em paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento”. Mas, para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício, que estimule trabalhos coletivos, que considere igualmente todos os setores, que coordene os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

Manter e viabilizar essa Gestão Escolar Democrática e participativa depende, sobretudo, da discussão a respeito das modalidades de escolha de dirigentes escolares fato que adquire papel significativo nos estudos realizados por pesquisadores interessados na democratização da escola e da educação. Sabe-se

que a escolha de diretores é às vezes injusta e marcada pela ingerência, pela falta de participação da comunidade, oposição política, enfim, marcada pela centralização do poder. O processo de eleição de diretores é bastante variado nos estados e municípios.

O processo de escolha do gestor em Nova Serrana, é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré- estabelecidos pela SME- Secretaria Municipal de Educação. Mesmo sendo um cargo ocupado por indicação, a gestão da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos possui como Característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania.

As eleições escolares são canais de participação e de aprendizado político da gestão democrática, compreendida como construção de cidadania, de luta política que vislumbra a transformação das relações sociais autoritárias da sociedade. Representa um importante instrumento no processo por favorecer o envolvimento da comunidade escolar nas discussões do cotidiano da escola e a sua participação nas tomadas de decisão.

O envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações é apenas uma possibilidade, não garantia. Especialmente em sociedades com fortes marcas tradicionalistas, sem uma cultura desenvolvida de participação social, é muito difícil conseguir que os indivíduos não deleguem a outros aquilo que faz parte de sua obrigação como sujeito partícipe da ação coletiva'. (Paro, 2000)

E nesse processo não cabe ao diretor um perfil autoritário, cabe a ele o perfil democrático, sujeito que desenvolve condições a favor desse processo no cotidiano. Mas para possuir tais características, ele deve dispor de um conhecimento técnico-pedagógico e aceitar, acima de tudo, o princípio de que a educação é um processo de emancipação humana. “O gestor não deve fugir da responsabilidade de intervir, de dirigir, de coordenar, de estabelecer limites”, afirma Freire (1997).

Mas, além desses fatores, há que se garantir o fortalecimento de outros mecanismos de participação colegiada na escola, como os conselhos e assembleias escolares,

órgãos compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como função deliberar sobre as questões políticas, pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. A comunidade escolar, por intermédio dos representantes de seus vários segmentos desempenha um papel relevante na busca de melhoria de resultados da aprendizagem da/na escola, quando participam ativamente do Conselho Escolar. O colegiado é um espaço que se constrói e que cresce com o desenvolvimento da capacidade de ouvir e dialogar. Nesse processo, cabe-nos apresentar contribuições de modo claro e aberto às novas proposições. Brasil, (2001, p.44).

Refere-se aqui à possibilidade desse conselho fomentar a elaboração de projetos, criação de mecanismos pedagógicos para melhorar a prática docente. Cabe também ao mesmo, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para cumprimento das suas finalidades. São os “sustentáculos” dos projetos ali desenvolvidos e de modo especial, do Projeto Político Pedagógico, que permite a definição dos rumos e das prioridades da instituição numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da comunidade a que pertence.

Quanto à organização do trabalho pedagógico, professores e funcionários da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, afirmam que o gestor trabalha numa dimensão pedagógica e interdisciplinar evocando todos a participarem das tomadas de decisão, o que, certamente, garante a qualidade do ensino que oferece e das relações ali estabelecidas.

O papel do diretor nesse processo é atuar como coordenador e também como articulador das ações de todos os segmentos, visando a efetivação e a implementação de suas ações na construção do trabalho educativo, como a escolha dos membros dos conselhos que pauta-se na possibilidade de efetiva participação, na representatividade, disponibilidade e compromisso. No saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, dar opiniões e apresentar propostas, pois os conselhos são acima de tudo, espaços de participação, do exercício da autonomia. Da democracia.

E o exercício da democracia requer um constante aperfeiçoamento profissional-político-pedagógico de toda a equipe. Esta é uma forma da educação se desenvolver com mais qualidade, por isso deve ser construído e reconstruído continuamente para que cada escola tenha autonomia para refletir, indicar e atuar nos problemas e buscar soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a Gestão Democrática, seus limites e suas possibilidades não é tarefa fácil para o cidadão dado à própria experiência de democracia no dia a dia das suas relações intra ou extra-escolares e da qual muitas vezes, deixa de exercer o seu direito, inclusive nas esferas que envolvem diretamente a sua vida pessoal e as suas relações.

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A gestão participativa é uma necessidade de qualquer gestor que pretende priorizar a qualidade do trabalho pedagógico, afinal, nenhuma escola avança sem a unidade do grupo e esta integração é que dá sustentabilidade ao processo educacional desenvolvendo uma consciência crítica em prol da formação humana.

Sabe-se que a principal função da escola é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Fica evidente que a educação exige esforços e maior organização do trabalho educacional, assim como a participação efetiva da comunidade na realização desse empreendimento.

A escola pública por sua vez pode “produzir” ou “reproduzir” diferenças sociais e cabe a organização pedagógica reconhecer essa problemática e tentar tomar medidas que ofereça reciprocidade, mudança de mentalidade e atitude. O conceito de gestão democrática pressupõe participação, isto é, o trabalho associado de pessoas, analisando situações, decidindo sobre o seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto.

Percebe-se no contexto da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG, o interesse no desenvolvimento e acompanhamento da aprendizagem e, apesar das dificuldades que enfrenta no sentido de “trazer” a comunidade, procura incentivar os sujeitos com competência técnica, pedagógica e

administrativa, sempre norteada pelos seus objetivos, pelo exercício da autonomia como aliado na busca pela qualidade e pelo desejo de formar cidadãos participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

Enfim, o termo democracia baseia-se na idéia de aliar a liberdade individual à justiça social, de participar para transformar a escola em um espaço público de qualidade em que as diferentes vozes estabelecem um diálogo, em que as diferenças sejam respeitadas e como objetivo, a busca do bem coletivo. Para esta equipe, a democracia começa com o reconhecimento dos direitos, mas consolida-se com a realização dos deveres e é por meio do exercício desses direitos e deveres que uma instituição se organiza e supera o seu caráter centralizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho: como organizar os colegiados escolares.** Cortez, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08/07/2010.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2004, p.147.

BRASIL, **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.

_____. PROCAD – FASE ESCOLA SAGARANA – **Democracia na Escola: Projeto de Capacitação de Dirigentes, Guia de Estudo 2.** SEE/MG, 2001, pág. 44.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da Educação Escolar.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: UNB, CEAD, 2004, vol.5 p.25

ESCOLA DE GESTORES – **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

ESCOLA DE GESTORES – **Conselho Escolar: Gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/01/2011.

ESCOLA DE GESTORES – **Gestão financeira Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento de Recursos.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

FREIRE, Paulo, **Organização e Democracia Radical; Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** Cortez, São Paulo, 2003.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** Vozes, São Paulo, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, Moacir, **Boniteza de um Sonho**, Positivo, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão Escola**. Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia: 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 08/07/2010.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática. 2000.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

**ANDRÉA APARECIDA RESENDE FERREIRA
ILMA VITOR MARTINS CABRAL
LILIMAR GONTIJO DA SILVA
MARIA LETÍCIA PEREIRA**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

Orientação: Prª Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1. FINALIDADES DA ESCOLA..... | 7 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL..... | 9 |
| 3. CURRÍCULO | 13 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES..... | 16 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO..... | 18 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 21 |
| 7. AVALIAÇÃO | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 27 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 28 |
| ANEXOS | 30 |

INTRODUÇÃO

“A um homem nada se pode ensinar. Tudo que devemos fazer é ajudá-lo a encontrar as coisas que procura dentro de si próprio”.

GALILEU GALILEI

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, mas para que esse sonho se torne realidade, faz-se necessário a elaboração de editais, assembléias, pesquisas de campo com alunos, pais e profissionais da educação. Partindo dessa premissa e da avaliação sobre a realidade da escola e da necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, de constantes mudanças e grandes avanços, foi realizado com todos os segmentos da escola, o PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos, na qual se compartilham crenças, desejos, valores e concepções. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Após a promulgação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9394/96)- que regulamenta a Constituição Federal, no âmbito da gestão democrática, inicia-se oficialmente nas escolas a prática concreta de construção do PPP – Projeto Político Pedagógico. Com o objetivo de buscar a qualidade do ensino na escola pública essa construção acontece também na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos. Esta unidade pertence à rede Municipal de Ensino, está situada à Rua Geraldo Pinto do Amaral, s/nº, Bairro Romeu Duarte na cidade de Nova Serrana – MG, CEP: 35519-000 telefone (37) 3221428, E-mail:

emalicecandida@hotmail.com, localizada na zona Urbana com CNPJ: 01.925.707/0001-71, pertence à 12ª Superintendência Regional de Divinópolis.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos foi inaugurada no ano de mil novecentos e noventa e quatro. Surgiu da necessidade de atender o Bairro Romeu Duarte e adjacências, devido ao progresso e crescimento demográfico da cidade. O prédio encontra-se em bom estado de conservação, com boa ventilação e iluminação. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, tendo os projetos PAV – Projeto Acelerar para Vencer e EJA – Educação de Jovens e Adultos em nível de alfabetização.

A Gestão da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos possui como característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania. O processo de escolha do gestor é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré-estabelecidos pela SME – Secretaria Municipal de Educação. A gestão tem como parceria o conselho escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade local, escolar e pelo grêmio estudantil; garantindo assim uma adequada aplicação dos recursos destinados à escola. Esse possibilita um planejamento e estabelecimento de prioridades para a escola e toda comunidade escolar.

O Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil têm ampla autonomia nas decisões quanto ao acompanhamento, avaliação e à aplicação dos recursos e dos repasses feito pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais. Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar. Conforme Oliveira (2010), “A construção do projeto político pedagógico da escola traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

Considerando essa afirmativa, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos desenvolve formas democráticas de organização, gestão e funcionamento. Dá atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior e para ajudar no desenvolvimento do trabalho. Conta com uma equipe formada por oitenta e cinco

funcionários. A escola possui um quadro de novecentos e oitenta e um alunos até o presente momento, divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A rede física é dividida em dois blocos e é composta por uma sala para a diretoria; uma secretaria bem instalada e de fácil acesso; uma biblioteca com acervo bibliográfico adequado que atende aos alunos e professores da escola e a clientela do bairro; um laboratório de informática equipada com dezoito computadores modernos e acesso a internet e atendimento oferecido em contra-turno; uma sala para os professores com dois banheiros, sendo um masculino e um feminino; uma sala para o psicopedagogo contendo materiais pedagógicos para que seu atendimento seja adequado; uma sala para a equipe pedagógica; treze salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros; uma cantina bem estruturada; um refeitório com duas mesas grandes de ardósia para que os alunos tenham um bom momento de refeição.

A escola trabalha em parceria com a comunidade e é usada também em contra-turno para oficinas de crochê, bordado, futsal, dança vôlei, atletismo, capoeira e outras modalidades. Conta ainda com uma sala para recuperação de aprendizagem; almoxarifado; quatro banheiros separados por sexo, com boas condições de funcionamento, adaptados para os sujeitos portadores de necessidades especiais e escovódromo. Possui uma quadra esportiva, sem cobertura, que atende à comunidade durante toda a semana, mas não possui ainda um laboratório de ciências e a sala de multimeios.

A escola atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza e acentuam com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. A equipe da SME (Secretária Municipal de Educação) trabalha conjuntamente com a escola oferecendo apoio técnico e pedagógico. Conta também com o CRAEI (Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva) que atende as escolas municipais com especialistas como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, assistente social, psicopedagogas e pedagogas.

A escola está situada na Cidade de Nova Serrana – Capital Nacional do Calçado Esportivo. Razão pela qual há uma constante imigração de pessoas oriundas de vários estados do Brasil. A imigração se dá pela grande oferta de empregos

oferecida pelas indústrias calçadistas a essas famílias, onde retiram seu sustento. Em contrapartida, o desenvolvimento gera na cidade um grande índice de criminalidade devido à violência, alcoolismo, prostituição, drogas e assaltos.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que contribua para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da reflexão, construção e disseminação do conhecimento e leitura de mundo. Um processo contínuo de aprendizado que envolve professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar.

Em pleno século XXI é emergente a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva, que ofereça subsídios para vencer as barreiras e entraves que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania. O fortalecimento de uma educação nessa perspectiva exige ações no campo individual, mas, essencialmente, de ações coletivas.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico representa esse fortalecimento, uma vez que possibilita o desenvolvimento da consciência das famílias, alunos e profissionais envolvidos, através da reflexão sobre os diferentes temas que o compõe e sobre a importância histórica dessa prática para a elaboração de diferentes propostas de mudança. Uma escola que representa o instrumento real de transformação social.

Mas sabe-se que a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar o cidadão, uma vez que essa formação vai além de seus muros. Ela é forjada no dia-a-dia da relação entre os sujeitos no interior da escola, na relação da escola com a família e com toda comunidade escolar, a exemplo da elaboração desse projeto, que tem apresentado contribuições relevantes nesse processo. Daí, a necessidade de sua implementação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Quem ensina, aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

PAULO FREIRE

Explicitar a finalidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, significa estabelecer a razão de ser e o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que os professores compreendam a sua especificidade, que tem como centro as crianças e adolescentes que devem ser vistos como sujeitos de direitos e cuidados e à educação em complementação à ação da família e da comunidade.

A Escola busca desenvolver nos alunos dentro de suas diversidades culturais capacidades cognitivas, afetivas, estruturais, físicas e de responsabilidades individuais no âmbito social, preparando os mesmos para o pleno exercício da democracia com visão de cidadania que busca seus direitos e deveres. Para cumprir essa finalidade, é necessário definir o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas várias dimensões.

Na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) deve-se levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são consideradas instituições educativas de caráter coletivo, cujo papel social é cuidar, educar, orientar, ensinar e possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos. É um compromisso com a cidadania.

Dentro dos desafios que se apresentam à vida moderna, a educação se constitui no mais complexo compromisso com que se depara a família. A tarefa de educar é primordialmente a tarefa de selecionar, organizar e cristalizar valores no educando. Todos querem filhos honestos, de caráter ameno e de natureza tolerante. Todos buscam educar seus filhos para o bem comum, a autonomia e a independência em todos os sentidos. (ABDALLA, 2000, p.11)

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, zela pela permanência do aluno, almejando sempre pelo seu lado cultural, político, social, profissional e humano. Visa formar alunos conscientes, críticos para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. A evasão é uma preocupação constante, por isso a escola procura informar aos familiares sobre a ausência dos alunos pelo período de três dias

consecutivos através de documentação formalizada. Se o problema persistir é acionado o Conselho Tutelar da cidade para que ajude a trazer o aluno novamente para o convívio escolar.

Quanto ao desempenho dos alunos, são feitas reuniões bimestralmente com as famílias juntamente com toda a equipe pedagógica sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com isso busca-se o incentivo e a participação na vida escolar de seus filhos, gerando um bom entrosamento entre escola/família/comunidade.

[...] Todos os membros da comunidade escolar são capazes de perceber e refletir sobre as conexões e a sua realidade local e as questões sociais mais amplas, sobre as suas expectativas e dominantes no conjunto da sociedade, sobre os conflitos de interesse produzidos por uma sociedade marcada por tantas desigualdades como a nossa.[...] (MASAGÃO, 2005, p. 247).

A instituição busca preservar os valores sociais, éticos e morais que foram se perdendo com a sociedade moderna e com o progresso; retendo, discutindo, cristalizando valores que a própria família já não tem condições de identificar. A escola se ocupa, também, em desenvolver conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Para tanto, deve ser um espaço de formação e informação em que a aprendizagem favoreça a inserção do aluno, no dia-a-dia das questões sociais marcantes, em um universo cultural maior, para que desenvolva também enquanto cidadão.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura geral do sistema educacional decorre da aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor. A escola dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As administrativas asseguram a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. As pedagógicas referem-se às interações políticas, às questões de ensino/aprendizagem e às de currículo.

A concepção de um projeto deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11),

A autora aponta a necessidade de uma educação voltada para a cidadania, uma educação realmente democrática e que prima pela qualidade. O papel do professor é realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. Acredita-se, que ao trabalhar com a pedagogia de projetos o aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, novas descobertas, compreensão e reconstrução do conhecimento. Portanto, o Entre os projetos que mais se destacam na Escola Municipal Alice Cândida Santos, estão os projetos Jovens Construindo a Cidadania; Construindo Valores; Dança e Festival da Língua Portuguesa.

Na esfera social, a escola intervém junto às famílias carentes ofertando consultas oftalmológicas e também ajudando na aquisição de óculos para os deficientes visuais e consultas neurológicas para os alunos que apresentam déficit na aprendizagem. No ano de dois mil e nove, recebeu o prêmio por participar da III Conferência Infante – Juvenil pelo Meio Ambiente na cidade de Brasília com o Projeto de Preservação do Meio Ambiente das Adjacências do Bairro Romeu Duarte.

Para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem é oferecido em contra - turno aulas de reforço de Português e Matemática, com os professores de recuperação; e também aulas no laboratório de informática, através do Projeto Incluir; com um programa específico para alfabetização. E para buscar melhor aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, a escola promove cursos de capacitação para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e do ensino aprendizagem. A partir daí (re) elabora o PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) buscando sanar as defasagens da aprendizagem e identifica e avalia as práticas pedagógicas dos docentes.

Semanalmente, a equipe Pedagógica se reúne com todos os profissionais regentes (Módulo II) para discutir e avaliar os PCNs(Parâmetros Curriculares Nacionais), CBC (Conteúdo Básico Comum), Currículo, Regimento Interno, PPP(Projeto Político Pedagógico), PP(Proposta Pedagógica), os cadernos do CEALE(Centro de Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita da UFMG) e Guia do Professor Alfabetizador . O objetivo é planejar suas atividades pedagógicas e executar de acordo com as exigências curriculares estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Analisar e compreender essa estrutura significa indagar sobre suas características administrativas e pedagógicas. Avaliar significa questionar os pressupostos que embasam a sua estrutura e que viabiliza a formação de cidadãos aptos a criar ou modificar a realidade social.

Dessa forma, a estrutura da Escola Municipal Alice cândida dos Santos, se organiza. Na direção geral encontra-se a gestora e dois vices, que estabelecem medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para organização e funcionamento. Conta com três pedagogos divididos em três turnos responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Acompanham e ajudam promover a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, religiosa, social e política. Trabalham em consenso numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica, ajuda aos professores nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, no currículo, avaliação e recuperação dos alunos.

Na secretaria/tesouraria, a escola conta com uma secretária e cinco auxiliares de educação que realizam todo o serviço de escrituração financeira, documentação escolar, organização da vida funcional do corpo docente, discente e técnico/administrativo, bem como arquivo e expedição de correspondência comercial. Na equipe técnico/administrativa, são três auxiliares de biblioteca, quinze auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, um vigia, dois monitores responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio.

Para compor o corpo docente, a escola conta com três professores para o uso da biblioteca, dois professores de Educação Infantil, quinze professores regentes de turma do 1º ao 5º ano, dois professores recuperadores, dois professores eventuais em substituição aos professores regentes, dois professores para o laboratório de informática e vinte e um professores do 6º ao 9º ano. Esses profissionais têm como função orientar, promover o processo ensino/aprendizagem, planejar e avaliar buscando sempre a efetivação da aprendizagem. Atuam como profissionais e cidadãos que interferem na realidade econômica, cultural, política e social.

A equipe administrativa assegura a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Os recursos humanos são geridos pela SME – Secretária Municipal de Educação, os recursos físicos e financeiros são recursos destinados pelo PDDE - Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola e são geridos pelos membros do Caixa Escolar e do Colegiado através de reuniões com representantes de todos os segmentos da escola, visando sempre às melhores condições de aprendizagem e de qualidade na educação da escola.

[...] a construção coletiva do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola colocada em ação pelo empenho e pela capacidade e habilidade do coletivo da escola determinarão certamente a configuração de um PDE rico e dinâmico, verdadeiro instrumento propulsor de mudanças e de gestão escolar democrática. (BRASIL, SEE-MG, 1997,p.5)

Com a liberação dos recursos do PDE(Plano de Desenvolvimento da Escola) no início do ano de dois mil e dez, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos realiza reformas e ampliações na secretaria e no laboratório de informática para atender melhor a demanda da comunidade escolar e a oferta do governo Federal de dezoito

novos computadores. No período, acontece também a ampliação do acervo pedagógico, bibliográfico e dos mobiliários.

A arquitetura do prédio não se encontra mais danificada, com vazamentos, goteiras e pintura desgastada como antes e falta de rampas para acolher sujeitos com necessidades especiais. Após uma avaliação juntamente com o Conselho Escolar, tornou-se viável a reforma do prédio, tornando a instituição mais confortável, atraente e dentro dos padrões de acessibilidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento escolar é constituído a partir do reconhecimento das questões que são do interesse social e da sua reflexão, tendo como referência a organização da própria escola. Uma organização que possibilita a participação e a construção pelo aluno e pela comunidade, com objetivos cooperativamente definidos, construídos e avaliados pelo grupo. Uma organização que prioriza a formação para a cidadania.

3. CURRÍCULO

O currículo deve ser entendido como prática pedagógica e ganha sua concretude no fazer pedagógico, isto significa que ele precisa ter como pressuposto os princípios estabelecidos no PPP (Projeto Político Pedagógico) construído coletivamente. Essa compreensão do currículo como processo e não como um documento prescrito e encerrado, desafia os educadores no sentido da busca dialógica entre o conhecimento sistematizado e a realidade socioeconômica e cultural na qual a instituição escolar está inserida. Ele deve ser voltado para a realidade dos alunos tendo como característica principal a construção histórico-social. Por isso, não pode ser visto como um produto final, mas sempre em transformação.

O Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o Currículo, evidentemente, é algo que se constrói, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. (LOPES, 2000, p.19).

As legislações que fazem referência ao Plano Curricular da Escola Municipal Alice Cândida, são as seguintes: Lei 12.767/98, sobre os Direitos Humanos, integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum; Lei 9795/99, Educação Ambiental, integrada aos componentes Curriculares Geografia e Ciências; Lei 13.411/99, sobre uso de Drogas, dependência química que permeiam o conteúdo de Ciências; Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08, História e Cultura Afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros que permeiam todos os conteúdos em especial, Arte, História e Língua Portuguesa; Lei 12491/97, Orientação Sexual trabalhada no conteúdo de Ciências; Lei 11525/07 e Res. SEE nº 137/09 com os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

O Plano Curricular desta instituição está organizado no nível de Ensino da Educação Infantil, turno diurno, de cinco anos de idade, tendo como eixo de trabalho a Formação Pessoal e Social, Conhecimentos de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática, perfazendo um total de vinte aulas semanais e oitocentas horas anuais. São destinados quinze minutos ao dia para o recreio resultando em cinquenta horas/ano com um total geral de oitocentas e cinquenta horas anuais. A

duração do módulo/aula é de sessenta minutos, com duzentos dias letivos, quarenta semanas anuais, cinco dias semanais e a duração do turno é de quatro horas e quinze minutos.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental de nove anos do turno diurno e noturno está definido nos anos iniciais do Ciclo de Alfabetização, complementar e anos Finais na Base Nacional Comum. São oferecidas cinco aulas de Língua Portuguesa para o primeiro ano e do sexto ao nono. Do segundo ao quinto ano são seis aulas. O Componente Curricular de Matemática apresenta com cinco aulas do primeiro, quarto até ao nono ano e o segundo e terceiro anos são seis aulas.

A área de Ciências se apresenta com duas aulas no primeiro ano, três aulas do segundo ao quinto e oitavo e nono anos, quatro aulas para o sexto e sétimo anos. Nos conteúdos de Geografia e História nos anos iniciais é de duas aulas e nos anos finais são três aulas. A área de Educação Religiosa se apresenta com uma aula nos anos iniciais e finais; o conteúdo de Artes se apresenta com uma aula nos anos iniciais e somente uma no oitavo e nono anos; o conteúdo de Educação Física se apresenta com duas aulas da Educação Infantil ao nono ano.

O Currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SANCRISTAN, 1998, p.17).

Na Parte diversificada do currículo, o conteúdo de Língua Estrangeira Moderna, o Inglês, se apresenta com uma aula no quarto e quinto anos e duas aulas do sexto ao nono ano. A música e psicomotricidade se apresentam com duas aulas só no primeiro ano. O conteúdo de Natureza e Sociedade se apresenta com uma aula semanal, só no primeiro ano. A carga horária é de vinte cinco aulas semanais, oitocentas horas/aulas anuais do primeiro ao quinto ano e oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono, perfazendo um total de duzentos dias letivos, sendo quarenta semanas com cinco dias.

A Escola atende ao Projeto Acelerar para Vencer com uma grade Curricular de duzentos dias letivos, quarenta semanas, cinquenta minutos de módulo/aula, vinte e quatro aulas semanais com oitocentas horas anuais. Dentro das áreas de Conhecimento, temos os componentes curriculares de Língua Portuguesa com sete aulas no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Matemática apresenta sete aulas no primeiro período e seis no segundo. O conteúdo de Ciências apresenta três aulas no primeiro período e duas aulas no segundo período. O conteúdo de Geografia e História apresenta duas aulas no primeiro e segundo períodos. Os conteúdos de Educação Física, Artes e Ensino Religioso se apresentam com uma aula semanal no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Língua Estrangeira – inglês apresenta duas aulas no segundo período.

Apesar do currículo não ser elaborado dentro da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, ele é visto como um importante instrumento em constante transformação sendo eficaz dentro das políticas pedagógicas da escola cabendo a todos os membros da Comunidade Escolar analisar, avaliar e modificar de forma que ele seja adaptado à realidade da instituição. É um documento flexível, sujeito às mudanças e reflete a concepção de educação. (Anexo A)

Construir o currículo não é tarefa fácil e certamente requer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. É necessário que o docente se disponha, se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados, para que o currículo não seja lançado de cima para baixo nas escolas, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote [...], conforme afirma Moreira (2010).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. O bom uso do tempo deve ser de primordial importância, porque não são as horas trabalhadas que irão fazer a diferença, mas sim a clareza dos objetivos propostos, por isso a escola deve elaborar com frequência atividades extracurriculares.

Tanto o tempo quanto os espaços da escola refletem as crenças, desejos, anseios e as metas do grupo e ambos fazem parte da ordem escolar. Assim, a escola precisa delimitar ou controlar em anos, ciclos, séries, horários, relógios, sinais, pátios, trabalhos em grupo ou individual, etc. Deve ser entendido como um instrumento importante no ensino aprendizagem.

A organização social do tempo é um elemento que reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentro do meio de organização do tempo social destaca – se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p.1015).

A divisão do tempo escolar na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos é feita com toda a equipe da SME (Secretaria Municipal de Educação) gestores da rede municipal e estadual, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados, recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995).

A construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Alice Cândida dos Santos, leva em conta o conhecimento da comunidade escolar em ciclos e anos e é marcado por períodos fixos. Ao final de cada ciclo e de acordo com o Regimento Escolar há retenção no terceiro, quinto e nono anos, depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação paralela, final e progressão parcial. As turmas são agrupadas obedecendo a critérios como idade, nível de escolaridade e de aprendizagem, procurando formar grupos heterogêneos para valorizar a diversidade cultural.

O calendário dessa instituição está organizado com cento e dez dias no primeiro semestre, noventa dias letivos no segundo semestre, quatro dias escolares perfazendo um total de duzentos e quatro dias compondo o ano escolar. (Anexo B) A duração do módulo/aula do primeiro ao quinto ano é de quarenta e oito minutos com um recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e dez minutos. O módulo/aula do sexto ao nono ano é de cinquenta minutos com recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e vinte e cinco minutos e as aulas de Educação Infantil têm a duração de quatro horas e quinze minutos com um recreio de quinze minutos.

A equipe pedagógica se reúne semanalmente para estudar e planejar atividades da semana e trocas de experiências. Estudar os cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização Leitura e Escrita), Guia do alfabetizador, CBC (Currículo Básico Comum) e outros. Enfim, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no âmbito dessa instituição.

Nessa perspectiva, o espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, representam uma construção social que expressa as relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

É de fundamental importância que se articule no interior da escola, o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas para que o PPP(Projeto Político Pedagógico) e o PDE(Plano Desenvolvimento da Escola) torne a gestão democrática, verdadeiramente efetiva. Essa participação somente ocorre se houver uma integração da escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é à busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

O autor lembra que para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, as escolas têm que romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico, pela conformidade às regras fixadas, pela obediência às leis e diretrizes emanadas do poder central e pela união entre os que pensam e executam e ao controle hierárquico que enfatizam o tempo, a ordem e a disciplina.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, tem procurado ao longo de seus dezesseis anos, envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos, priorizando a todos os projetos que tem iniciativa na escola, na SME – Secretaria Municipal de Educação, no governo Municipal, Estadual e Federal.

Todos os envolvidos da comunidade escolar participam das assembleias, reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais tornando assim a gestão participativa e democrática.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Na construção do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, documento que também exige participação e envolvimento da comunidade, a equipe gestora passou por momentos de ansiedade até que o MEC ofereceu um curso de capacitação na cidade de Cláudio – Minas Gerais, para sanar as dúvidas e compreender o processo de sua elaboração e conclusão. Após a formação, houve melhor compreensão e apropriação do conhecimento em relação ao mesmo. A equipe se encontrava semanalmente com documentação formalizada para a elaboração e análise dos critérios de eficácia escolar. Analisou o perfil e funcionamento da escola através de uma avaliação estratégica.

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos inicia-se com entrevistas aos alunos, pais, corpo docente, administrativo e pedagógico. De posse de todas as informações, a equipe e os demais membros da comunidade escolar se encontram também semanalmente para discutir, organizar e avaliar os processos e etapas de elaboração do documento, buscando sempre consenso nas tomadas de decisão. Na elaboração deste documento, percebe-se que o Conselho Escolar tem um forte poder de decisão em relação às questões cotidianas e também em relação à estrutura política e financeira, participando das reuniões mensais para deliberação e aprovação de prestação de contas relativas ao PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola e PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.

O Conselho é formado por representantes de todas as esferas: administrativa, pedagógica e financeira, por pais, professores e alunos e, é responsável pelas decisões e pela garantia de uma prática pedagógica eficiente. Esta instituição conta também com o grêmio Estudantil; iniciativa que cresce com o projeto JCC – Jovens Construindo a Cidadania _ composto por alunos do sexto ao nono ano e tem estimulado a participação nos processos de decisão da escola. Eles se reúnem semanalmente para discutir e elaborar suas ações que sempre estão voltadas para o desenvolvimento afetivo/social da escola. As decisões tomadas no interior da escola, por sua vez, são socializadas com os demais envolvidos no processo educativo. Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores,

pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”.

O Conselho de Classe é composto pela gestora que é um cargo de confiança indicado pelo Prefeito Municipal, equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para intervir no processo ensino/aprendizagem buscando possíveis soluções para sanar as deficiências.

O Caixa Escolar, que também caracteriza os processos de decisão da escola, é composto por membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro) de vários segmentos desta instituição e da comunidade escolar. Tem como função avaliar, deliberar, fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola _ e tem como membros um presidente representado pela gestora, um vice - presidente, três conselheiros deliberativos, três conselheiros fiscais, e uma secretária.

Ao final de cada semestre é feita uma avaliação da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos com todos os funcionários presentes com documentação formalizada. O Conselho de Avaliação de Desempenho Profissional tem a finalidade de avaliar os funcionários e é composto por membros efetivos e suplentes que já tenham passado do estágio probatório com ata lavrada. Tem como membros: o gestor, o vice–diretor, um representante da equipe pedagógica por turno, um secretário, dois representantes de professores por turno, um funcionário por setor. Enfim, nas tomadas de decisões da escola é preciso a participação consciente com um pleno exercício democrático, onde os espaços são conquistados dia após dia, como uma luta constante, um processo inacabado, como desejo a ser realizado.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva um ensino/aprendizagem de qualidade. Afinal a comunidade escolar participa constantemente de grupos sociais diferenciados e precisa manter uma interação social compartilhada. Cada indivíduo é uma personalidade que influi no comportamento e atitudes uns dos outros e mantém contatos. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

Na escola democrática, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço mais para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico e transforma substantivamente, a rotina da escola. De acordo com Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Impossível falar em qualidade de ensino sem falar da formação do professor e neste sentido, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possui em seu quadro oitenta por cento de seus funcionários com graduação, e cinquenta por cento de pós-graduação, os demais estão em processo de formação.

O bom relacionamento e a motivação no trabalho são também muito importantes. Às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e motivar é sempre fundamental para a construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão e ao diálogo entre os diversos segmentos da escola para que juntos possam alcançar a meta desejada. Traçando esse objetivo, a Escola Municipal Alice Cândida dos

Santos promove cursos de capacitação para os profissionais da educação e o objetivo é elevar a auto-estima e melhorar as relações para que estas se pautem na solidariedade, reciprocidade, respeito e participação coletiva.

Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos nessas relações são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Afinal, uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa de uma pequena dose de competitividade, na qual o diálogo e a cooperação são importantes para o desenvolvimento do trabalho. O papel do gestor nesse caso é fazer com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

Sabe-se da necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola através de projetos que envolvem a comunidade a participar da vida da criança na escola. Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano com palestras cujos temas são direcionados às relações familiares e na ocasião também esclarece quanto ao nível de aprendizagem e relacionamento dos seus filhos. As famílias participam também dos eventos tradicionais como a festa junina, festa da família e outras.

Para resolver os conflitos entre funcionários, a gestora reúne com sua equipe e funcionário em particular onde é exposta a situação, buscando juntos, as possíveis soluções. E se for necessário uma segunda conversa, ela é registrada em ata. Se ainda assim o problema persistir, o funcionário assina uma advertência e é encaminhado para a SME – Secretaria Municipal de Educação _ para que o problema seja solucionado. Conforme Vasconcelos, apud Freire (2005 p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Quando acontecem conflitos entre alunos/alunos e professores/alunos a gestora reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais são comunicados e, juntamente com a gestora, tentam solucionar o problema registrando o fato no livro de ocorrências e se ainda assim o problema persistir, é informado aos pais sobre a suspensão do aluno por dois dias consecutivos, com documentação formalizada e dentro das normas previstas no Regimento Escolar. Mas somente em casos de extrema necessidade.

A escola hoje não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição precisa buscar parcerias visando à integração escola e comunidade e os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos.

7. AVALIAÇÃO

Mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola.

PHILIPPE PERRENOUD

A definição do termo “avaliação” presente na Lei nº 9394/96 LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é demasiadamente ampla. No contexto contemporâneo da educação brasileira, a avaliação realiza-se em diferentes instâncias do sistema educacional e apresenta várias modalidades e dimensões variadas que lhe confere múltiplos significados e imprime caráter complexo e contraditório ao termo:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a “avaliação escolar ou pedagógica” que pode ser analisada de acordo com o debate contemporâneo sobre esse tema, com base em duas perspectivas teóricas divergentes, a saber: a “avaliação classificatória” e “avaliação formativa”. É para essa última modalidade de avaliação que converge a atenção de grande parte dos educadores e pesquisadores em educação, por caracteriza-se como uma das ações centrais do processo ensino aprendizagem. (BRASIL, s.d. p. 380)

A avaliação interna é a avaliação realizada na sala de aula, pelo professor, buscando informações sobre cada aluno e sobre a turma de um modo geral, tendo à disposição vários instrumentos de avaliação como a observação, teste ou prova, a participação dos alunos nas atividades individuais e coletivas, o que permite a intervenção pedagógica imediata e a aprendizagem no tempo real. Ao final das etapas do ano letivo deve atribuir aos alunos uma nota ou conceito que é uma somatória de cada um dos instrumentos usados.

Quando se fala em avaliação, a primeira impressão que dá é de uma sala cheia de alunos fazendo provas. Porém, essa não é uma prática apenas escolar. A avaliação é um processo que faz parte da vida. Quando o sujeito recebe um elogio ou uma crítica é porque é avaliado em alguma coisa. Podem-se avaliar várias coisas em uma pessoa, como o comportamento, a maneira como se organiza, seu jeito de falar e de agir, onde são criados (pré) conceitos sobre esta pessoa, causados pelas impressões que a mesma transmite.

Na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, a avaliação se faz presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado do aluno de forma individual e coletiva através de provas, exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, testes, entre outros. A avaliação da aprendizagem é feita de forma participativa, contínua, diagnóstica, formativa, somativa e de forma democrática.

O gestor da escola deve assegurar o cumprimento, pelos educadores, da Resolução SEE/MG nº. 521/2004, que orienta o processo de avaliação: na exigência do aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas oferecidas no ano letivo; garantia da Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo da Alfabetização; Novas Oportunidades de Aprendizagem, tais como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias. (BRASIL, s.d. p. 41)

A avaliação externa utiliza instrumentos elaborados fora da escola e tem como objetivo identificar as desigualdades educacionais, fornecer subsídios para reformas e políticas educacionais e promover a melhoria do ensino e as políticas de equidade. São informações sobre o sistema como um todo e enquanto a escola lida com índices representados por notas, o resultado da avaliação externa apresenta a proficiência de desempenho, segundo as capacidades dos alunos avaliados.

Existem hoje, os seguintes sistemas de avaliação externa: SAEB - Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica; ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica (amostral); ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (censitária); SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública; PROEB Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica; PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização; PAEE - Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar; PNLD - Programa Nacional do Livro Didático e IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Vale salientar que em 2007 o IDEB da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos era 3,5 e no ano de 2009, avançou para 4,9. Esse indicador aponta o desempenho dos alunos, de todos os profissionais envolvidos nessa gestão e também da comunidade. Aponta também o envolvimento e acompanhamento da qualidade do ensino que se efetiva no conselho escolar: espaço que tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos;

fornecendo dados para o direcionamento dos professores, pedagogos e equipe gestora. O objetivo é que na próxima avaliação os indicadores sejam ainda melhores.

É preciso garantir o espaço e o tempo necessários para que os profissionais possam realizar reuniões periódicas de avaliação, planejamento e acompanhamento do processo educativo, que são realizadas nos encontros semanais de módulo II. A cada semestre, a equipe gestora, pedagógica e membros da comissão de avaliação se reúnem com todos os profissionais da escola para realizarem a avaliação de desempenho individual, onde são definidos os direitos, deveres, limites e normas estabelecidos no plano de carreira de cada setor da educação.

A auto-avaliação é um processo que exige uma tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto-avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser mudado e melhorar o que precisa ser melhorado (LOCATELLI, 2001, p. 1)

A escola realiza a avaliação a cada semestre através de reuniões com toda a equipe escolar buscando a qualidade na sua estrutura administrativa e pedagógica. Assim, identificam-se os pontos que precisam melhorar e as propostas de mudança, tudo com documento comprobatório em ata assinada pelos presentes. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstra a educação que ali se aplica, desvela a concepção de escola, de homem, de mundo e de sociedade.

A classificação e reclassificação são feitas quando necessário obedecendo ao que consta no Regimento Escolar e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos artigos vinte e três e vinte e quatro. São feitas mediante a execução de planejamentos e avaliações definidas pelos professores e especialistas, as notas de aproveitamento são registradas em livro próprio e anexadas junto à pasta do aluno as avaliações e o embasamento legal.

A avaliação e reelaboração do PPP _ Projeto Político Pedagógico _ se faz necessário a cada ano, através de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar, de modo especial, dos pais e alunos. São discutidos os objetivos, as ações, metas e estratégias adequadas à realidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há coisa melhor que o sonho que
cria o futuro

VICTOR HUGO

Sabe-se que o PPP _ Projeto Político Pedagógico _de uma escola representa uma construção. Faz parte do conhecimento e da aprendizagem de todos os seus segmentos e da comunidade em que está inserida. Ele direciona o caminho para a qualidade da educação transformando os seres em cidadãos capazes de exercer plenamente a cidadania. Durante todo processo de construção, vive-se intensa movimentação da escola, permeada por momentos de trocas, ansiedade, medo, alegrias, dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas. Mas...

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010)

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, de modo especial, é fruto de pesquisas, estudos, diálogos, reuniões, debates, questionamentos e considerações de vários autores e embasamentos legais para a construção da sua identidade.

Este trabalho ratifica que esta instituição representa o espaço de diálogo, aberto onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo, primam pela qualidade, buscam preparar as crianças para serem bem sucedidas, proporcionando-lhes não apenas competência técnica, mas também a formação para a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Carlos. **Projeto Político Pedagógico**, Colégio Roberto Carneiro. Divinópolis, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL, **Como Elaborar o PLANO DE DESENVOLVIMENTO da Escola**. MEC – FNDE, Diretoria de Assistência a Programas Especiais do Fundo de Fortalecimento da Escola, 2010.

_____. **Plano de desenvolvimento da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

_____. **Plano de intervenção pedagógica da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**, Nova Serrana, 2010.

_____. **Regimento escolar da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. Nova Serrana, 2010.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetro Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEE, 1997.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Conselho Escolar**: estratégia de gestão democrática. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

_____. **O Financiamento da Educação Básica**: Limites e Possibilidades. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública**: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao, **História de la educación y história cultural**: possibilidade, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63 – 82, set.dez., 1995.

LOCATELLI, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, p. 1, 2001

LOPES, 2000, p. 19, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p.92

MASAGÃO, Vera; KALOUSTIAN, Sílvia. **Indicadores da qualidade na educação/** Coordenação geral [de] Vera Masagão; Sílvia Kaloustian. – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

MOREIRA, A.F. B. **O Campo do Currículo no Brasil**: os anos noventa. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/06/10

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

SACRISTÂN, J.Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Quatro ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

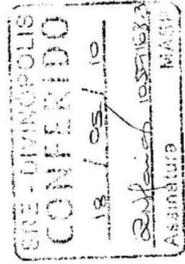
VASCONCELOS, Mara et al, **Projeto Politico Pedagógico Na Educação Infantil – UAB – UFMG – FAE/UFMG**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001. Referência da citação que foi acrescentada!

XAVIER, Antônio C. R. e SOBRINHO J.A. **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, 2000.

ANEXOS

ANEXO A



PLANO CURRICULAR
 Projeto de Aceleração de Aprendizagem – **Acelerar para Vencer**
 Ensino Fundamental – Anos finais – Aceleração II
Ano: 2010 - Turno: Noturno

Escola Municipal: Alice Cândida dos Santos
Endereço: R. Geraldo Pinto Amaral, s/n. Bairro: Romeu Duarte
Município: Nova Serrana

| | 1º Período 6º e 7º Anos | | | 2º Período 8º e 9º Anos | | | Carga horária total |
|-----------------------------|----------------------------|------------|------------|----------------------------|------------|------------|------------------------|
| | AS | MA | CHA | AS | MA | CHA | |
| | Língua Portuguesa | 7 | 280 | 233:20 | 7 | 280 | |
| Língua Estrangeira - Inglês | - | - | - | 2 | 80 | 66:40 | 66:40 |
| Matemática | 7 | 280 | 233:20 | 6 | 240 | 200:00 | 433:20 |
| Ciências | 3 | 120 | 100:00 | 2 | 80 | 66:40 | 166:40 |
| História | 2 | 80 | 66:40 | 2 | 80 | 66:40 | 133:20 |
| Geografia | 2 | 80 | 66:40 | 2 | 80 | 66:40 | 133:20 |
| Educação Física | 1 | 40 | 33:20 | 1 | 40 | 33:20 | 66:40 |
| Artes | 1 | 40 | 33:20 | 1 | 40 | 33:20 | 66:40 |
| Ensino Religioso | 1 | 40 | 33:20 | 1 | 40 | 33:20 | 66:40 |
| Total | 24 | 960 | 800 | 24 | 960 | 800 | 1600 |

Indicadores Fixos:

- Semanas letivas: 40
- Dias Letivos: 200
- Módulo aula: 50 minutos

Observações:

- Lei 12.767/98 – Os estudos sobre os Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- Lei 9.795/99 – Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências;
- Lei 13.411/99 – Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química permearão ao conteúdo de Ciências;
- Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa;
- Lei 12.491/97 – Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências;
- Lei 11.525/07 e Res. SEE nº 137/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Lilimar Gontijo da Silva
 Assinatura do Diretor

[Assinatura]
 Assinatura do Inspetor

PLANO CURRICULAR
ESCOLA MUNICIPAL: ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS
 MUNICÍPIO: NOVA SERRANA - ANO: 2010
 ENDEREÇO: R. GERALDO PINTO AMARAL, S/N. BAIRRO ROMEU DUARTE
 NÍVEL DE ENSINO: ACELERAÇÃO DE ESTUDOS DE 1ª à 4ª SÉRIE - TURNO: NOTURNO

| Áreas de Conteúdo Componentes Curriculares | 1º PERÍODO | | 2º PERÍODO | | 3º PERÍODO | | 4º PERÍODO | |
|---|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | CARGA HORÁRIA | PERÍODO |
| Base Nacional | | | | | | | | |
| Língua Portuguesa | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 |
| Matemática | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 |
| História | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Geografia | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Ciências | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Educação Física | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 |
| Artes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Educação Religiosa | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| Carga Horária Total | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 | 400 |

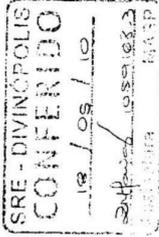
Observação: Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências. Lei nº 9795/99.
 Os estudos sobre Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum - Lei nº 12767/98.
 Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química, prevenção os conteúdos de Ciências Lei nº 13417/99.
 Lei nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e indígena permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.
 Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências - Lei nº 12491/07.
 Lei nº 11.325/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Indicadores fixos:

Módulo Aulas: 60 (sessenta minutos) /
 Duração do Curso: 04 (quatro) Semestres /
 Carga Horária do Semestre: 400 (quatrocentas) Horas /
 Carga Horária Semestral de Trabalho: 25 (vinte e cinco) Horas /
 15 (quinze) Minutos Por Dia
 Dias Letivos por Semestre: 100 (cem) /
 Semanas Letivas por Semestre: 20 (vinte) /
 Dias Letivos Semestrais: 05 (cinco) /

Alicimara Gonçalves da Silva
 Assinatura do Diretor
 Lilimar Gonçalves da Silva
 Diretora
 Autenticação Nº 005077

Assinatura do Inspetor



PLANO CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL (09 anos)
ESCOLA MUNICIPAL: ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS
MUNICÍPIO: NOVA SERRANA – ANO: 2010 – TURNO: DIURNO E NOTURNO
 Endereço: Rua: Geraldo Pinto do Amaral, s/n – Bairro: Romeu Duarte

| Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares | Anos Iniciais | | | | | | | | | | | | Anos Finais | | | | | | | | |
|---|------------------------|---------------|-----------|--------------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-------------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|--|--|--|
| | Ciclo da Alfabetização | | | Ciclo Complementar | | | 6º Ano | | | 7º Ano | | | 8º Ano | | | 9º Ano | | | | | |
| | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | 5º Ano | 6º Ano | 7º Ano | 8º Ano | 9º Ano | 10º Ano | 11º Ano | 12º Ano | 13º Ano | 14º Ano | 15º Ano | 16º Ano | 17º Ano | | | | |
| Base Nacional Comum | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | | | |
| Língua Portuguesa | 05 | 160:00 | 06 | 192:00 | 06 | 192:00 | 06 | 192:00 | 06 | 192:00 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | | | |
| Matemática | 05 | 160:00 | 06 | 192:00 | 05 | 160:00 | 05 | 160:00 | 05 | 160:00 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | 05 | 166:40 | | | |
| Ciências | 02 | 64:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 04 | 133:20 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | | | |
| Geografia | 02 | 64:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | | | |
| História | 02 | 64:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 96:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | 03 | 100:00 | | | |
| Ensino Religioso | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | | | |
| Educação Física | 02 | 64:00 | 02 | 64:00 | 02 | 64:00 | 02 | 64:00 | 02 | 64:00 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | | | |
| Artes | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | - | - | - | - | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | | | |
| L.E.M. - Inglês | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Música | 02 | 64:00 | | | | | | | | | 01 | 32:00 | 01 | 32:00 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | | | |
| Psicomotricidade | 02 | 64:00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza e Sociedade | 01 | 32:00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total (AS) (CHA) | 25 | 800:00 | 25 | 800:00 | 25 | 800:00 | 25 | 800:00 | 25 | 800:00 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | | | |

*Parte diversificada

Observações: Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências. Lei nº 9795/99
 Os estudos sobre Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum – Lei nº 12767/98.
 Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química permearão os conteúdos de Ciências Lei nº 13411/99
 Lei nº 11.645/08 – História e Cultura Afro-brasileira e indígena permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.
 Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências – Lei nº 12491/97
 Lei nº 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 – Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Indicadores fixos:
 Duração do Módulo Aula: **48'** (quarenta e oito minutos) do **1º ao 5º Ano** / **50'** (Cinquenta minutos) do **6º ao 9º Ano**.
 N.º de Dias Letivos: 200 (duzentos).
 N.º de Semanas Letivas: 40 (quarenta).
 N.º de Dias Letivos Semanais: 05 (cinco).
 Carga Horária Anual: Do 1º ao 5º Ano: 800:00' horas – Do 6º ao 9º Ano: 833:20' horas
 Duração do Recreio: 15 (quinze) minutos
 Duração do turno: **4:15'** (quatro horas e quinze minutos) do 1º ao 5º Ano - **4:25'** (quatro horas e vinte e cinco minutos) do 6º ao 9º Ano

Legenda:
 AS – Aulas Semanais
 CHA – Carga Horária Anual

Juliana Gentip da Silva
 Diretora
 Assinatura do Diretor

Clarice Ferreira Maia
 Inspectora Escolar
 Assinatura do Inspetor

ANEXO B

| CALENDÁRIO ESCOLAR SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA SERRANA - MG | | | | | | |
|--|----|-----------------------|----|----|-------------------|----|
| Educação Infantil e Ensino Fundamental | | | | | | |
| 2010 | | | | | | |
| JANEIRO | | FEVEREIRO (15) | | | MARÇO (23) | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | 1 | 2 | |
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | | | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | | | | |
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | |

| | |
|--|---|
| | Dia Nacional da Consciência Negra |
| | Festa Junina - Festa do Mercado |
| | Momento Cívico |
| | Dia Escolar / Planejamento e Treinamento Pedagógico |

Obs.: Conselho de Classe no final de cada bimestre cumprir no módulo II.

| | |
|----------------------------|-----|
| Dias Letivos - 1º Semestre | 110 |
| Dias Letivos - 2º Semestre | 90 |
| Dias escolares | 4 |
| Total de dias letivos | 200 |
| Ano Escolar | 204 |
| Dias Semanais | 5 |

Secretaria Municipal de Educação- Nova Serrana - MG

Clarice Feteira Maia
 Inspectora Escolar
 MaSP 264.952.3